

**QUEREMOS UMA ESCOLA  
BONITA POR FORA...**



**...E POR DENTRO!**

Por dentro da sala de aula, da dinâmica do professor, por dentro da formação para cidadania...Por dentro como essência da escola: estudante, professores, agentes educacionais. Essa a escola que queremos, uma escola viva, que responda à formação integral na nossa perspectiva de formação HUMANIZADA E HUMANIZADORA

**BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR**

**ENSINO FUNDAMENTAL**

**O QUE É ?**

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento que define o que todos os alunos devem aprender na educação básica. O texto servirá como referência para o currículo das escolas.

**COMO É HOJE?**

As escolas constroem seus currículos de acordo com diretrizes do conselho nacional de educação (CNE), de conselhos estaduais e municipais. agora, o currículo deverá seguir orientações da BNCC.

Bom dia, boa tarde, boa noite! Companheiros e companheiras!

A APP-Sindicato é uma entidade que para além das questões trabalhistas sempre esteve preocupada com os rumos da educação brasileira, debate este que nunca se finda haja visto a diversidade de pontos de vistas que encontramos em nossa base. Em sua estrutura conta com a **Secretaria Educacional** que tem por função a análise e debate sobre as políticas educacionais no sentido de informar e preparar a categoria para os necessários enfrentamentos no campo da disputa pela melhoria da qualidade da educação.

Assim, apresentamos este material com o intuito de fomentar o debate sobre as políticas educacionais que nos impactaram e nos impactarão muito em breve, dentre essas políticas, a Base Nacional Curricular Comum (BNCC).

No sentido de construirmos a resistência aos princípios colocados pelo conjunto das políticas educacionais que advêm dos últimos dois anos, analisamos a política da Base Curricular suas disputas no decorrer do processo e a descaracterização do projeto inicial que requer de nós muita organização.

Esperamos que este material seja de muita serventia no estabelecimento dos debates entre representantes sindicais e escolas, entre dirigentes sindicais e categoria, bem como entre professores(as) e estudantes. Quanto maior a capilaridade e abrangência conseguirmos imprimir na divulgação das questões aqui colocadas, maior e mais qualificada será nossa resistência contra o desmonte da Educação Pública.

# 2015

## CRONOLOGIA DA BNCC

### JUNHO:

MEC ANUNCIA A CONSTRUÇÃO DE UMA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR

### SETEMBRO :

ESPECIALISTAS DE 35 UNIVERSIDADES ELABORAM UMA VERSÃO PRELIMINAR DA BNCC E MEC ABRE CONSULTA PÚBLICA SOBRE O TEXTO.

[CNTE analisa a terceira versão da BNCC](#)



Foto: Acervo Sinteal

### COMENTÁRIOS E REFERÊNCIAS

2015 – Observe a imagem e o que ela diz sobre construção coletiva e representatividade assegurada pelo debate da CONAE 2014.

O **Plano Nacional de Educação (PNE)**, fruto de um movimento inédito do MEC que se mobilizou de forma articulada (CONAEs) com os demais entes federados e instâncias representativas do setor educacional, incluindo movimentos sociais, acabava de ser aprovado. Neste ano, os Estados e Municípios passavam a articular a construção de seus planos tomando como referência as metas do PNE.

O debate sobre a BNCC aparece no contexto da disputa entre setor público e privado após aprovação do PNE. O setor educacional público vê com desconfiança a nova BNCC e cobra do MEC a ampliação do debate. Em Setembro o MEC lança uma consulta pública sobre o texto da BNCC, foram cerca de 12 milhões de contribuições sistematizadas em tempo recorde. A CNTE ao analisar o tema em nota publica argumenta, [CNTE analisa a terceira versão da Base Nacional Curricular](#) <http://www.cnte.org.br/index.php/comunicacao/noticias/18261-cnte-analise-a-terceira-versao-da-base-nacional-curricular.html>

“Embora o debate da BNCC tenha sido inaugurado com ampla participação social, a partir da etapa de consolidação do documento pelo MEC (sob a gestão do governo ilegítimo), a participação social foi estancada, chegando-se ao ponto de o Ministério ter rejeitado a presença de integrantes do Fórum Nacional de Educação na comissão de sistematização e de ter contratado – com dispensa de licitação – a Fundação Carlos Alberto Vanzolini, ligada ao Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB, para acompanhar os trabalhos complementares de sistematização da BNCC. Sobre essa contratação suspeita e inoportuna, a CNTE já fez denúncia ao Ministério Público Federal e também ingressará com ação judicial contestando o contrato firmado entre o Poder Público e a Entidade de direito particular.”

E a pergunta que fica é, sob que perspectiva epistemológica as contribuições foram concensuadas? E quando haviam contribuições conflitantes, como o MEC definiu qual seria a melhor? A APP-Sindicato, junto as demais entidades ligadas a CNTE se organizou para responder a consulta pública solicitando ampliação do debate com os/as profissionais da educação, sob pressão, o MEC define pela realização de Seminários Estaduais para discutir a 2ª versão da BNCC em 2016.

# CRONOLOGIA DA BNCC

## 2016

**MARÇO :**  
A consulta pública do MEC é encerrada com cerca de 12 milhões de contribuições

**MAIO**  
Em tempo recorde de sistematização é divulgada a 2ª versão da Base / História e Português

**JUNHO**  
[CNTE analisa a PEC 241 ou PEC do "Fim do Mundo"](#)

**JUN – AGO**  
MEC realiza seminários estaduais para discutir a segunda versão do texto.

**28 de JUNHO**  
[GOLPE NO CNE](#)

**SETEMBRO**  
Temer anuncia a Reforma do Ensino Médio

**OUTUBRO**  
Iniciam as Ocupações das Escolas pelos(as) estudantes



## COMENTÁRIOS E REFERÊNCIAS

2016 - Os seminários estaduais promovidos pelo MEC e Secretarias de Educação funcionam como mero “pró-forma”, no contexto do “impeachment” da presidenta Dilma, o Golpe sobre a Educação já se desenhava através das PEC 241 do “Fim do Mundo”, que congelou gastos do setor público nas áreas de Educação e Saúde por 20 anos e também vinculou os Estados às novas políticas de austeridade.

[http://cpers.com.br/wp-content/uploads/2016/08/PEC-241\\_analise\\_CNTE.pdf](http://cpers.com.br/wp-content/uploads/2016/08/PEC-241_analise_CNTE.pdf)

Em 28/06 Temer revoga a nomeação de 12 conselheiros do Conselho Nacional de Educação –CNE-, os nomes dos conselheiros que tiveram suas indicações revogadas representavam cerca de 39 entidades civis de educação, indicações que respeitavam a participação social no CNE .O governo Temer desmonta a justa participação da sociedade civil no CNE e torna as votações inviáveis do ponto de vista democrático.

<http://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2016-06/temer-revoga-nomeacao-de-12-conselheiros-de-educacao-feita-por-dilma>

Em setembro de 2016 anuncia a Reforma do Ensino Médio, imposta por Medida Provisória sem qualquer discussão com a sociedade civil e tão pouco com os/as trabalhadores/as da educação, o que resultou em greves e ocupações de escolas em praticamente todo o país.

# 2017

## CRONOLOGIA DA BNCC



Foto: Larissa Batista/G1 DF

[CNTE analisa a terceira versão da Base Nacional Curricular](#)

### ABRIL :

O MEC DIVULGA A 3ª E ÚLTIMA VERSÃO DA BNCC DA EDUCAÇÃO INFANTIL E DO ENSINO FUNDAMENTAL E ENCAMINHA PARA O CNE.

### DEZEMBRO:

CNE APROVA O TEXTO BNCC. O PLENO DO CONSELHO É COMPOSTO POR 24 MEMBROS. O TEXTO DA BNCC FOI APROVADO COM 19 VOTOS A FAVOR [E 3 CONTRA \(ACESSE\)](#). NO MESMO MÊS É HOMOLOGADA PELO MINISTRO DA EDUCAÇÃO

**A BASE PARA O ENSINO MÉDIO FOI ENVIADA SOMENTE AGORA EM 2018**

## COMENTÁRIOS E REFERÊNCIAS

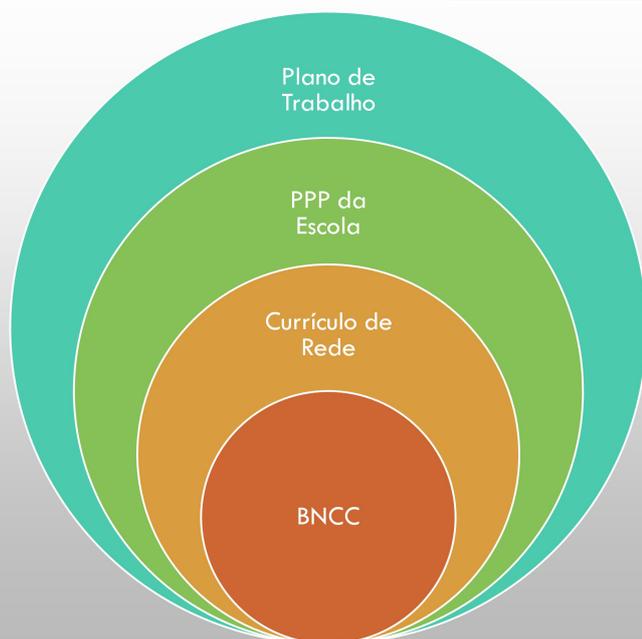
2017 – A terceira versão da BNCC ao CNE, não garante os elos de ligação entre as três etapas da educação básica, remetendo especialmente o ensino médio para uma área distinta, isolada e fragmentada, ferindo o conceito de nível básico da educação descritos nos artigos 21 e 22 da LDB. , [CNTE analisa a terceira versão da Base Nacional Curricular](#) <http://www.cnte.org.br/index.php/comunicacao/noticias/18261-cnte-analise-a-terceira-versao-da-base-nacional-curricular.html>

O Pedido de Vistas e o em Voto em Separado contrário das Conselheiras Aurina de Oliveira Santana, Malvina Tania Tuttman e Marcia Ângela da Silva Aguiar, durante a sessão de aprovação da BNCC pelo CNE, aponta as fragilidades e contradições da BNCC com a educação pública de qualidade.

DECLARAÇÕES DE VOTO DAS CONSELHEIRAS DURANTE APROVAÇÃO DA BNCC  
<https://avaliacaoeducacional.files.wordpress.com/2017/12/declaracaovotoconselheiras.pdf>

Note as pessoas da foto em comparação com a CONAE, observa-se uma alteração significativa no sistema de ensino brasileiro e na forma de participação popular.

## BNCC E CURRÍCULO



- ARTIGO 26 DA LDB Nº 9.394/96: “OS CURRÍCULOS DO ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO DEVEM TER UMA BASE NACIONAL COMUM, A SER COMPLEMENTADA, EM CADA SISTEMA DE ENSINO E ESTABELECIMENTO ESCOLAR, POR UMA PARTE DIVERSIFICADA, EXIGIDA PELAS CARACTERÍSTICAS REGIONAIS E LOCAIS DA SOCIEDADE, DA CULTURA, DA ECONOMIA E DA CLIENTELA”.
- PARA SAVIANI TRATA-SE DE MAIS DO MESMO. HÁ APENAS UMA MUDANÇA DE TERMINOLOGIAS QUE NÃO GARANTE A EDUCAÇÃO COMO DIREITO DE FATO
- A PESQUISADORA ELISABETH MACEDO RECUPERA O DEBATE QUE HEGEMONIZOU O SIGNIFICANTE “DIREITOS E OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO” NO PNE EM SUBSTITUIÇÃO AO TERMO “EXPECTATIVAS DE APRENDIZAGEM

### COMENTÁRIOS E REFERÊNCIAS

As redes de ensino tem autonomia para elaborar ou adequar os seus currículos, de acordo com o estabelecido na Base – assim como as escolas têm a prerrogativa de contextualizá-los e adaptá-los a seus projetos pedagógicos.

A Base é uma referência, mas não é o currículo. Seu papel será justamente o de orientar a revisão e a elaboração dos currículos nos estados e nos municípios.

Desde 2013 Saviani alerta para o documento norteador da BNCC sobre seu caráter de retomada de um currículo que surgiu no século 19 e que propõe, grosso modo, o domínio da leitura, da escrita, do cálculo e dos rudimentos das Ciências Sociais e Naturais. O que essa nova orientação faz, com certo rebuscamento, é mudar as terminologias [...]. Isso não é suficiente para garantir a qualidade do ensino. Não adianta gastar tempo discutindo e aprovando esse documento, enquanto as escolas seguem funcionando de forma precária e os professores continuam a dar aula em três, quatro ou cinco escolas para compor um salário minimamente viável, com centenas de alunos e trabalhos para corrigir e uma formação precária.

#### **Saviani, sobre Direitos de Aprendizagem: documento é mais do mesmo**

<https://novaescola.org.br/conteudo/2850/saviani-sobre-direitos-de-aprendizagem-documento-e-mais-do-mesmo>

A análise de **Elisabeth Macedo** tenciona a BNCC diante dos conceitos de **EDUCAÇÃO PÚBLICA COMO DIREITO** e como **BEM PRIVADO** desvelando a articulação e, ao mesmo tempo, o antagonismo em relação a imprevisibilidade do chão da escola, ou seja, da implementação da BNCC como política pública, campo de nossa disputa e resistência. De sua análise destacamos que:

um dos aspectos que chama a atenção é que tais direitos são direitos do indivíduo, ao mesmo tempo em que são resultados como de todos e para todos. São, portanto, direitos individuais e universais, apresentados como única forma de garantir a vida democrática. [...] tal entendimento é efeito de um discurso político particular, no qual a igualdade se alicerça numa semelhança abstrata capaz

## **BNCC E CURRÍCULO DE REDE**

### **Currículo de Rede**

- Matriz Curricular
- Condições de Trabalho
- Relação entre distribuição de renda x acesso e permanência na rede

### **BNCC**

- [Caderno de Debates da 7ª Conferência Estadual de Educação da APP-Sindicato](#)
- [Emenda Constitucional 59/2009 – Amplia a obrigatoriedade para a Educação Básica](#)
- [Lei do Piso Salarial Nacional \(PSPN\) 11738/08](#)

#### COMENTÁRIOS E REFERÊNCIAS

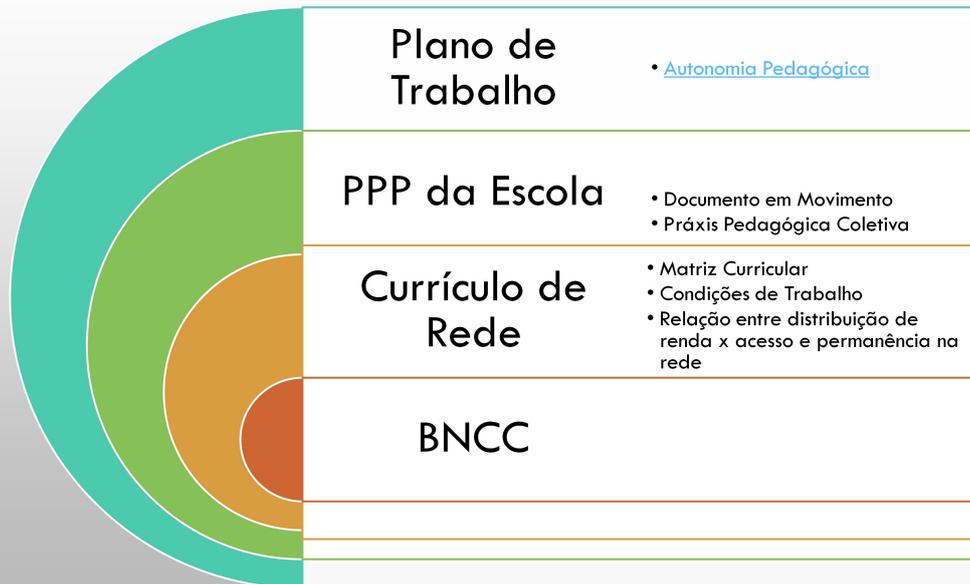
REFERÊNCIA: **Caderno de Debates da 7ª Conferência Estadual de Educação da APP-Sindicato**  
[http://sistema.app.com.br/portalapp/imprensa/materiais/Caderno\\_Debates\\_VII\\_Conferencia\\_web.pdf](http://sistema.app.com.br/portalapp/imprensa/materiais/Caderno_Debates_VII_Conferencia_web.pdf)

O Currículo é um tema caro a APP-Sindicato, sistematicamente organizamos reuniões, encontros, publicações e seminários para debatê-lo. Isto porque sabemos que o currículo não se restringe a uma lista de conteúdos de cada disciplina, mas abrange toda a organização da escola. Além de se manifestar naquilo que se ensina e como se ensina, entendemos que o currículo evidencia as relações de poder envolvidas nesta seleção, assim como naquilo que não está explícito nesta seleção também.

Quando nos remetemos ao CURRÍCULO DE REDE há uma necessidade de um olhar sobre o aspecto mais amplo da complexidade da organização da Educação Básica no Brasil e da relação de colaboração e/ou independência entre os entes federados. A Educação Básica tornou-se obrigatória no Brasil pela Emenda Constitucional 59/2009, o que antes era obrigatório apenas para o Ensino Fundamental. O PNE reforça a necessidade da universalização da Educação Básica prevendo metas e diretrizes para serem cumpridas. Entretanto, dados atuais da matrícula na Educação Básica ([acesse o caderno da Conferência página 97](#)) mostra que 80% do atendimento se dá na rede pública de ensino.

Ainda por conta das alterações legais, hoje a rede municipal é a maior responsável pelas matrículas na Educação Básica, quase 50%. Isto tem impacto direto no pacto federativo, uma vez que são essas redes que demandam maior necessidade de recursos e historicamente seus profissionais tem as piores condições de trabalho e os piores salários, uma vez que a ampla maioria dos municípios não cumprem a **Lei 11738/08 do Piso Salarial Profissional Nacional (PSPN)**

## BNCC E CURRÍCULO



PPP DA ESCOLA: Os Projetos Político-Pedagógico das Escolas sempre foram, por sua definição, o campo da resistência da escola sobre as políticas educacionais que desconfiguram o papel da escola pública. Mais do que nunca os PPPs não podem representar um documento de gaveta. Devem estar em constante construção, os PPPs devem revelar o currículo ofertado pela escola, este currículo compreendido na dimensão da “práxis pedagógica”, como exercício do fazer científico da pedagogia sobre a prática educativa, um constante olhar de reflexão-ação-reflexão. Nesta dimensão reside a autonomia e a identidade pedagógica de toda a escola: é o currículo em movimento.

Para oferecer um ensino adequado às necessidades de seus alunos, a escola precisa saber o que quer, envolvendo a equipe e a comunidade na definição das metas num processo democrático que viabiliza a compreensão, os objetivos e a implementação do PPP construído pela escola. A proposta pedagógica pode ser comparada ao que o educador espanhol Manuel Álvarez chama de “uma pequena Constituição.”

ÁLVAREZ, Manuel. **O Projeto Educativo da Escola**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

PLANO DE TRABALHO: **Paulo Freire** aprofunda o conceito de práxis no universo pedagógico, como sendo a capacidade do sujeito de atuar e refletir, isto é, de transformar a realidade de acordo com as finalidades delineadas pelo próprio ser humano. Concebe uma teoria pedagógica a partir da práxis, da dialética consideração entre a vivência das condições identitárias do ser humano e a sua disposição à educabilidade. A reflexão acerca dos conceitos do humano e da educação no pensamento de Paulo Freire compreende ação fundamental no processo de compreensão da sua teoria pedagógico-libertadora. (Solon Freire, Patrocínio. Disponível em <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/3797>)



#### COMENTÁRIOS E REFERÊNCIAS

**CURRÍCULO É REFLEXÃO:** Propomos uma reflexão: Para quem ensinar e aprender? O que ensinar e aprender? Por que e como ensinar e aprende? Reconhecer os interesses, diversidades, diferenças sociais e a história cultural e pedagógica de nossas escolas.

Posicionamo-nos em defesa da escola democrática que humanize e assegure a aprendizagem. Uma escola que veja o estudante em seu desenvolvimento – criança, adolescente e jovem em crescimento biopsicossocial; que considere seus interesses, necessidades, potencialidades, seus conhecimentos e sua cultura.

Levando em consideração que o processo educativo é complexo e fortemente marcado pelas variáveis pedagógicas e sociais, entendemos que esse não pode ser analisado fora de interação dialógica entre escola e a vida, considerando o desenvolvimento humano em toda sua diversidade e potencialidade. Vale aprofundar-se no conceito de capital cultural de Pierre Bourdieu, NOGUEIRA, Maria Alice Nogueira; Catani, Afrânio. (Orgs.) (1998). Pierre Bourdieu. Escritos em Educação. Petrópolis: Vozes.

<https://www.youtube.com/watch?v=a3eO6-D4nHo>

A proposta de discussão sobre concepção curricular passa pela necessidade de constituir a escola como espaço e ambiente educativos que ampliem a aprendizagem, reafirmando-a como lugar do conhecimento, do convívio e da sensibilidade, condições imprescindíveis para a constituição da cidadania.

# CURRÍCULO, TERRITÓRIO EM DISPUTA

MIGUEL ARROYO



## COMENTÁRIOS E REFERÊNCIAS

O currículo não se restringe a uma lista de conteúdos de cada disciplina, mas abrange toda a organização da escola. No cotidiano escolar, o currículo se manifesta naquilo que se ensina (as seleções de conteúdo) e em como se ensina (os métodos, abordagens, atividades, etc)

Entendemos também que o currículo evidencia as relações de poder envolvidas nesta seleção (quem seleciona o que será ensinado, a partir de quais interesses, com quais intenções?)

Outro aspecto, e talvez o mais importante diante da necessária resistência à BNCC, é o das ausências. Onde e como aparecem nas atividades escolares os indígenas, os mais empobrecidos, os negros(as), as mulheres? Que história nós ensinamos num país que teve sua economia, por 400 anos, baseadas na escravidão? Esses sujeitos que foram silenciados por muitos anos e que só recentemente entraram nos currículos escolares. Partindo destas considerações construímos propostas de superação dessas invisibilidades e desses silenciamentos.

Na dimensão das ausências, além das ausências nos conteúdos, há também as ausências dos sujeitos silenciados em todo o processo de construção dos currículos, entre eles, os(as) próprios(as) professores(as), sua identidade e história profissional, assim como funcionários e funcionárias da educação, pois compreendemos que estes trabalhadores também assumem funções educativas no ambiente escolar.

Com o objetivo de colocar em evidência a necessidade de inclusão desses sujeitos partícipes do planejamento escolar, na elaboração dos PPPs das escolas e também na tentativa de superação das ausências curriculares, a APP-Sindicato estrutura-se também através das **Secretarias de Funcionários e Funcionárias da Educação, na Secretaria da Mulher Trabalhadora e dos Direitos LGBT, Secretaria de Promoção da Igualdade Racial e Combate ao Racismo e a Secretaria de Políticas Sociais e Direitos Humanos**

Por esses motivos é que concordamos com Miguel Arroyo quando ele nos ensina que o “Currículo é um território em Disputa”, pois nele se concentram as práticas, os comportamentos, os valores, os conteúdos e praticamente toda a vida escolar. Assim, cada concepção de educação irá defender um tipo de currículo e por isso, que os governos sempre se utilizam de reformas curriculares para impor seus projetos.

# CURRÍCULO DE REDE NO PARANÁ

## DIRETRIZES CURRICULARES PR

- SEED ASSUME UM POSICIONAMENTO TEÓRICO EM SUA GESTÃO
- CONCEPÇÃO DE PROFESSOR/A: SUJEITO EPISTÊMICO, QUE PESQUISA SUA DISCIPLINA, REFLETE SUA PRÁTICA E REGISTRA SUA PRÁXIS
- SEED TAMBÉM TOMA A INICIATIVA DE CONDUZIR UM PROCESSO DEMOCRÁTICO DE CONSTRUÇÃO COLETIVA
- FORAM 7 ANOS ENTRE A ELABORAÇÃO E A PUBLICAÇÃO
- CONJUNTURA DE REDEMOCRATIZAÇÃO NO PAÍS QUE COLOCAVA A EDUCAÇÃO PÚBLICA NUMA NECESSIDADE DE SE CONTRAPOR AO MODELO TECNICISTA APRESENTADO PELOS PCNS

## BNCC

- DOCUMENTO COM APARÊNCIA DE AUSÊNCIA EPISTEMOLÓGICA\*, FOCO NO DESENVOLVIMENTO DE COMPETÊNCIAS<sup>1</sup> E “COMPROMISSO COM A EDUCAÇÃO INTEGRAL<sup>2</sup>”

## BNCC NO PARANÁ

- QUE POSTURA EPISTEMOLÓGICA A SEED TEM ASSUMIDO DESDE #RICHANUNCAMAIS?
- QUAL É A CONCEPÇÃO DE PROFESSOR/A QUE O GOVERNO ASSUME DIANTE DA “LEI DA MORDAÇA”\*\*\* JÁ APROVADA PELA INSTANCIA DA CCJ NA ALEP?

## COMENTÁRIOS E REFERÊNCIAS

<sup>1</sup>A BNCC do Ensino Fundamental dedica duas páginas para dissertar sobre seus fundamentos pedagógicos. Na primeira página assume que o foco é no DESENVOLVIMENTO DE COMPETÊNCIAS, justificando que a maioria dos Estados tem absorvido este conceito, assim como as Avaliações de Larga Escala. Mas assume em nota de rodapé que o conceito deriva dos PCNs e reserva o último parágrafo da única página dedicada ao conceito de competência para defini-lo como: “a indicação clara do que os alunos devem “saber” (considerando a constituição de conhecimentos, habilidades, atitudes e valores) e, SOBRETUDO, do que devem “saber fazer” (considerando a mobilização desses conhecimentos, habilidades, atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho). (BNCC, p.11).

<sup>2</sup> De caráter absolutamente pragmático o entendimento de educação integral aqui se revela reduzido a necessária construção da pró-atividade do educando para o convívio resiliente em sociedade. Para Saviani, “...discutem-se e formulam-se documentos, mas não se atacam as raízes do problema, que são as péssimas condições de funcionamento das escolas, os baixos salários e a formação precária dos professores.”

*O esvaziamento de uma discussão teórica acerca de alguns conceitos importantes como: competências e habilidades, cultura, diversidade, etc, deixa excessivamente vago sobre qual a postura epistêmica a ser adotada, podendo consistir na necessária autonomia para realização do trabalho docente. Em tempos de “Escola sem Partido”, o processo de consolidação da BNCC nas escolas é uma das possibilidades de contraposição e resistência, tanto para o bem como para o mal.*

*\*ATENÇÃO: a APARÊNCIA de ausência epistemológica não significa que a há ausência de uma postura política. “Se você se cala diante da injustiça, você escolhe o lado do opressor” Demond Tutu”*

*Sendo assim é importante frisar a necessidade de a BNCC dialogar diretamente com as Diretrizes Nacionais Curriculares do Conselho Nacional de Educação, as quais se consubstanciam na legislação pátria e formam o arcabouço normativo dos sistemas de educação e das escolas do país.*

## ESCOLA SEM PARTIDO? OU LEI DA MORDAÇA

APROVADO PELA CCJ NO FINAL DO MÊS DE MARÇO DESTE ANO, DE  
AUTORIA DO DEPUTADO MISSIONÁRIO RICARDO ARRUDA(PEN).

A PROPOSTA IMPÕE REGRAS DE CONDUITA A PROFESSORES E  
PROFESSORAS PARA LIMITAR A MANIFESTAÇÃO DE PENSAMENTOS, DE  
POSIÇÕES POLÍTICAS E RELIGIOSAS, ALÉM DE PROIBIR QUE SEJAM  
TRATADOS EM SALA DE AULA ASSUNTOS DO QUE CONSIDERAM  
“IDEOLOGIA DE GÊNERO”. O PROJETO PREVÊ, AINDA, A INTERFERÊNCIA NAS  
POLÍTICAS E PLANOS DE EDUCAÇÃO,

ASSIM COMO EM PROPOSTAS CURRICULARES E  
LIVROS DIDÁTICOS.



Edição pedagógica jul/16

### COMENTÁRIO E REFERÊNCIAS

“Esse projeto retoma um princípio autoritário, ele não está em harmonia com o estado democrático de direito” – Hermes Leão

#### **Opinião | Autonomia do professor como prática educativa**

<https://www.brasildefato.com.br/2017/08/28/opiniao-or-autonomia-do-professor-como-pratica-educativa/>

“A escola não é um espaço neutro. Perguntas, questionamentos, dúvidas, angústias, descobertas, frustrações e alegrias são a rotina de nossas salas de aula. Negar esta realidade é negar a participação do aluno, é negar a docência, é contrariar a natureza da própria escola. Como aponta Marise Ramos (2016) não há como se separar instrução de educação e fazer do ensino algo neutro, porque a sociedade não é neutra. A discussão e a compreensão críticas da sociedade mediada pelo conhecimento não são doutrinação, menos ainda, opressão.<sup>1</sup> Desde que nascemos, o aprendizado nos acompanha por toda a vida. Supor que a sala de aula é o único lugar onde aprendemos ou estamos sujeitos a “influências” é não compreender o funcionamento da sociedade e os mecanismos ideológicos que a permeiam. Os alunos não são “folhas em branco”, tampouco vivem em um mundo asséptico, inodoro e unitário. Ao contrário, como aponta a concepção de currículo adotada no Paraná, expressa no documento orientador da Secretaria de Estado da Educação Educação Básica e a Opção pelo Currículo Disciplinar, tem-se no aluno um sujeito que “é fruto de seu tempo histórico, das relações sociais em que está inserido, mas é, também, um ser singular, que atua no mundo a partir do modo como o compreende e como dele lhe é possível participar”.

**15/12/2017**

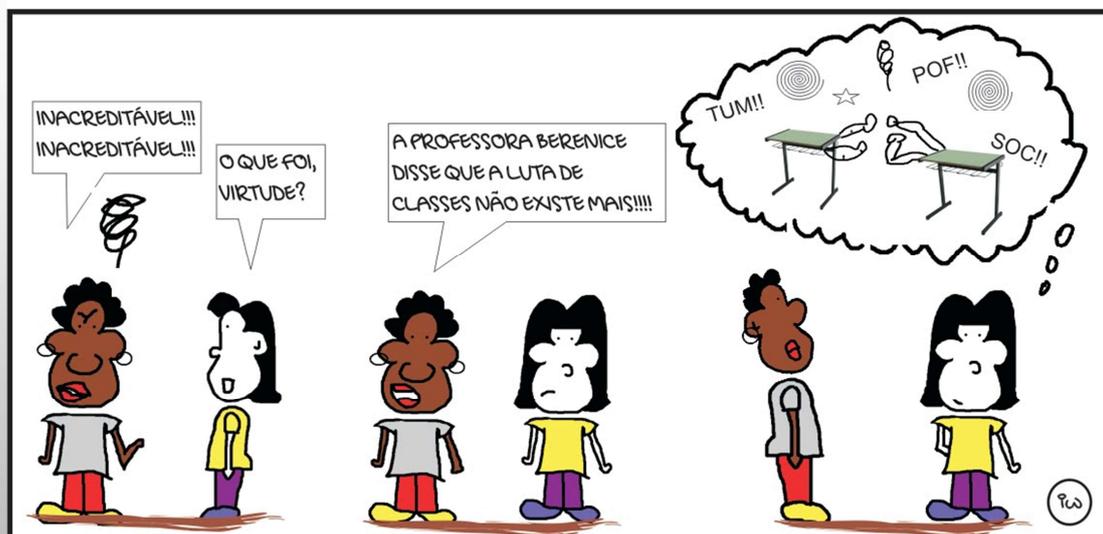
#### **CEE/PR emite Nota Técnica sobre o Projeto de Lei “Escola sem Partido”**

<http://www.cee.pr.gov.br/modules/noticias/article.php?storyid=332>

A **Secretaria Educacional** em conjunto com a **Secretaria de Comunicação** da APP iniciou este debate em junho de 2016 com a publicação do 30 de Agosto Edição Pedagógica, neste material que pode ser acessado pelo link na lamina, desvelamos o caráter do Movimento Escola Sem Partido, desconstruímos os Mitos da “Doutrinação Política” nas Escolas e pautamos a questão do Assédio Moral vivido pelos(as) profissionais já com o objetivo de produzirmos a resistência contra a narrativa de desqualifica o trabalho educativo, próprio de nossos ofícios, sejam professores(as) e/ou funcionários(as) de escola.

# CURRÍCULO, TERRITÓRIO EM DISPUTA

## VIRTUDE E O MUNDO DOS 5%+



Fonte: <http://virtudeemundodos5.blogspot.com.br/>

### COMENTÁRIOS E REFERÊNCIAS

Para a APP-Sindicato a LUTA DE CLASSES não é um tema superado na História. Em todas as nossas instancias de participação (assembleias, conferencias educacionais e congressos) temos desvelado a face contemporânea dessa luta que hoje se expressa especialmente pela implementação de políticas de cunho neoliberal impostas por contra-reformas e pelo desempenho sutil e cotidiano das grandes mídias nesta relação de poder entre quem produz e quem detém os meios de produção.

Neste ano, este tema retorna ao processo de Formação Político-Sindical e Educacional desvelando o aprofundamento do Golpe de Estado através das políticas educacionais. Promovido pela **Secretaria de Formação** e pelo Grupo de Trabalho de Formação da APP-Sindicato, o curso intitulado "DEMOCRACIA, ESTADO E EDUCAÇÃO PÚBLICA PARA QUEM?" já está em fase de abertura de inscrições em nossos Núcleos Sindicais. Incentivamos a participação de todos(as) os(as) sindicalizados(as) em nossa formação para que possamos ampliar este debate em nossas escolas e com nossas comunidades.

#### SUGESTÃO DE ROTEIRO DE DEBATES SOBRE CURRÍCULO NAS ESCOLAS:

Em 2007 a Secretaria de Educação Básica do MEC, pelo Departamento de Políticas de Educação Infantil e Ensino Fundamental e um Grupo de Trabalho que reunia entre seus colaboradores também o professor Miguel G. Arroyo, elaborou um documento de promoção do debate sobre currículos nas escolas. O material tinha por finalidade que professores, gestores, e demais profissionais da educação refletissem sobre concepção de currículo relacionada à sua prática. O documento também pretendia subsidiar a análise de propostas pedagógicas dos sistemas de ensino e dos PPPs das unidades escolares, num entendimento que essa reflexão sobre currículos precede a elaboração destes pelas escolas e sistemas de ensino.

A coleção completa e os links abaixo para consultas:

Currículo e Desenvolvimento Humano: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Ensfund/indag1.pdf>  
Educandos e Educadores: seus Direitos e o Currículo: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Ensfund/indag2.pdf>  
Currículo, Conhecimento e Cultura: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Ensfund/indag3.pdf>  
Diversidade e Currículo: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Ensfund/indag4.pdf>  
Currículo e Avaliação: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Ensfund/indag5.pdf>

#### BIBLIOGRAFIA: Indagações sobre Currículo (FALAR SOBRE O DOCUMENTO)

Currículo, Território em Disputa – Arroyo, Miguel G. - 2 ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2011  
Caderno de Resoluções

Situar os educandos como sujeitos de direito ao conhecimento e ao conhecimento dos mundos do trabalho.

Mapearem imagens e concepções dos alunos, para subsidiar o debate sobre os currículos.

Desconstruir visões mercantilizadas de currículo, do conhecimento e dos sujeitos do processo educativo.

O texto traz crítica ao aprendizado desenvolvido por competências e habilidades como balizadores da catalogação de alunos desejados e aponta o direito à educação, entendido como o direito à formação e ao desenvolvimento humano pleno.

#### BIBLIOGRAFIA: Indagações sobre Currículo (FALAR SOBRE O DOCUMENTO)

Currículo, Território em Disputa – Arroyo, Miguel G. - 2 ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2011  
Caderno de Resoluções



### COMENTÁRIOS E REFERÊNCIAS

A destruturação de um trabalho de longo prazo como o Plano Nacional de Educação (PNE), tem por trás interesses econômicos profundos.

Aprovado pela então presidenta Dilma Rousseff em 2014, o plano incluía a destinação de 75% dos royalties do pré-sal para a educação, e outros 25% para a saúde, em medida inédita no país. Garantia-se que, até 2024, 10% do PIB fosse investido na educação. Isso significaria colocar o Brasil entre os quatro países do mundo que chegaram nesse patamar. Seria revolucionário, porém foi inviabilizado em menos de um ano. Porém, com a aprovação da PEC 55, convertida na Emenda Constitucional (EC) 95, conhecida como 'Teto de Gastos', a previsão de investimento foi descartada.

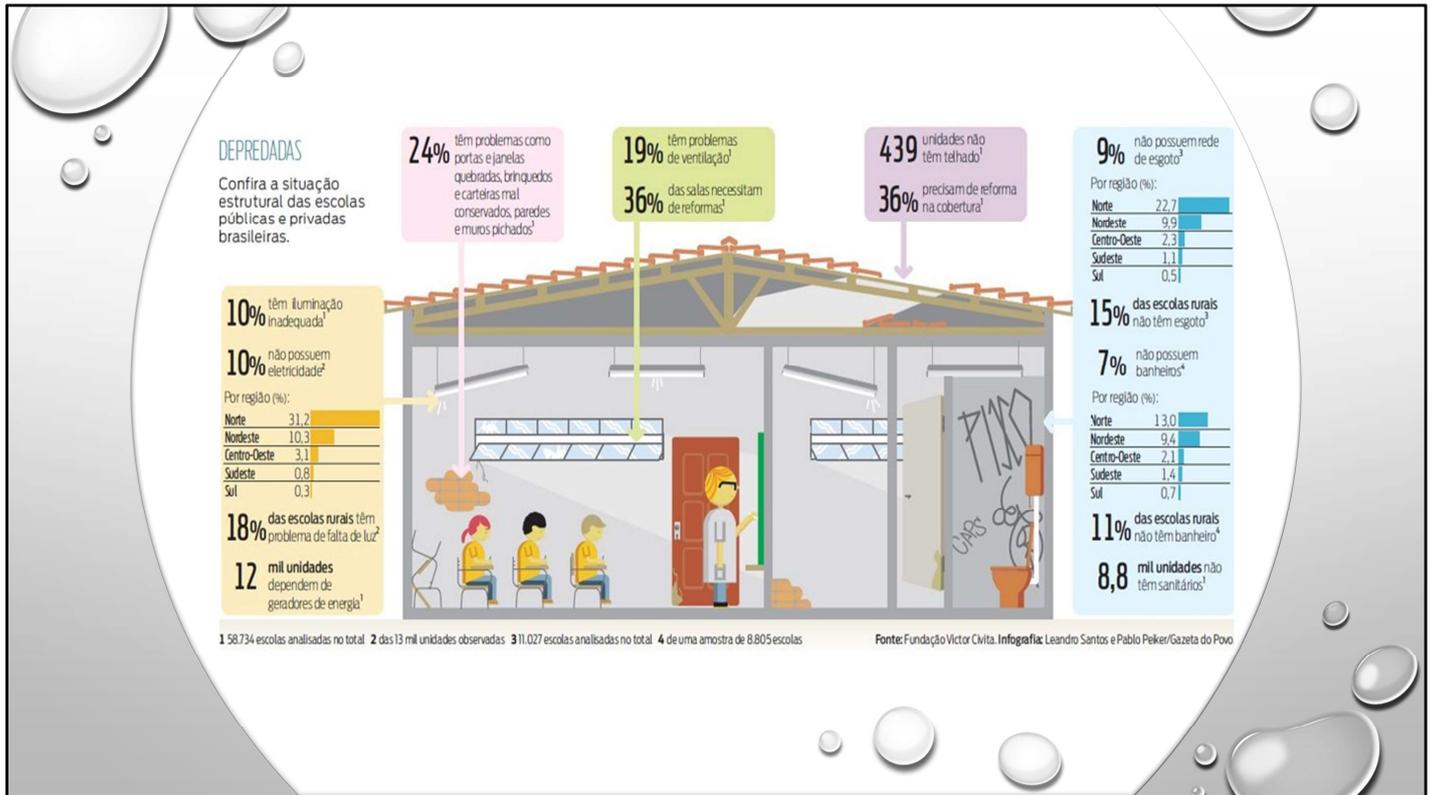
**PEC do Teto dos Gastos inviabilizou educação pública no País** <https://www.cut.org.br/noticias/pec-do-teto-dos-gastos-inviabilizou-a-educacao-publica-no-brasil-diz-dermeval-sav-8b24>

**PR: Aprovada lei do teto dos gastos de Beto Richa** <https://www.cut.org.br/noticias/pr-aprovada-em-primeira-votacao-lei-do-teto-dos-gastos-de-richa-b763>

Outro problema grave são as condições das escolas no país, muitos não possuem laboratórios de ciências, 16% não têm laboratórios de informática, os que existem são precários, e 34% não possuem bibliotecas e ainda não possuem o quadro completo de professores formados nas disciplinas que lecionam. Tal precariedade traz impedimento para o acesso do nível superior.

CONAPE: Para manter a mobilização em torno dos compromissos com a **educação democrática** e para todos/as, as organizações e movimentos reuniram-se em um espaço de resistência e defesa da participação popular na construção das políticas públicas que denominamos Fórum Nacional Popular de Educação (FNPE).

O Fórum Nacional de Educação - FNPE - decidiu convocar a **Conferência Nacional Popular de Educação (CONAPE 2018)** como forma de organizar e manter a mobilização em torno da defesa do Plano Nacional de Educação, da necessidade de monitoramento das metas e da análise crítica das medidas que tem inviabilizado a efetivação do Plano.



## Estrutura precária afeta o ensino

<http://www.gazetadopovo.com.br/educacao/estrutura-precaria-afeta-o-ensino-3fqdq2nprd0u7ym8mvdgbeq6>

### **BNCC X MUNICÍPIOS:**

As Secretarias Municipais de Educação, juntamente com suas equipes pedagógicas, serão responsáveis pela orientação e acompanhamento da incorporação da BASE, à cada escola, sob a sua responsabilidade.

### **BNCC X ESCOLAS:**

Sob a responsabilidade de seus gestores – diretor e coordenador pedagógico – a BNCC deverá estar presente nas atividades de ensino e aprendizagem que ocorrem nas salas de aula.

### **BNCC X PROFESSORES:**

Todo professor deve ter acesso à BNCC, receber orientação didática para o seu uso, revisar seu planejamento e planos de aula, à partir das aprendizagens pretendidas, para o grau de ensino e anos sob a sua responsabilidade.



## COMENTÁRIOS E REFERÊNCIAS

A BNCC se estrutura numa dinâmica que coloca Estado, Escolas e Professores/as num contexto de revisão do currículo. NOSSO CAMPO DE RESISTENCIA !

A APP-Sindicato definiu e reiterou em assembleia estadual posição contrária à implementação da Reforma do Ensino Médio e da BNCC.

<http://appsindicato.org.br/ta-na-pauta-to-na-luta-assembleia-define-calendario-de-mobilizacoes/>

Entretanto, no cenário de aprofundamento do golpe através das políticas educacionais, é nossa responsabilidade produzir a resistência ao empobrecimento do currículo escolar orientado pela cartilha neoliberal, que se organizam para a produção de resultados técnicos, inspirados em modelos empresariais.

<http://justificando.cartacapital.com.br/2018/01/16/elite-do-atraso-e-base-nacional-curricular-comum-bncc/>

Para execução de um novo currículo, faz-se necessário uma ampla discussão sobre a organização pedagógica que envolva os tempos escolares (ciclos, series, ano letivo, duração das aulas); os espaços e as formas de trabalho (tipos de projetos, temas geradores, trabalhos interdisciplinares, etc)

Outro ponto, não menos importante, são as necessárias medidas que incidam diretamente sobre as condições de trabalho dos(as) educadores(as), bem como sobre a valorização do profissional. Tais medidas são número de estudantes por sala, material didático adequado, condições dos laboratórios, livros e revistas, fotocópias, filmes, pesquisas de campo e visitas, ônibus para transporte, computadores com programas variados e adequados, pessoal para garantir a segurança, salas de aula e instalações de qualidade com mobiliário adequado à idade dos(as) estudantes.

Ou seja, antes do Estado ou dos Municípios cobrarem de nós, escola e professores(as), a implementação da BNCC ele precisa resolver as questões estruturais das escolas.

A APP-Sindicato conta dentro de sua estrutura organizacional a **Secretaria de Assuntos Municipais**, que tem como função estabelecer o debate sindical (trabalhista e educacional) junto aos municípios filiados à APP.

## PLANOS DE AULA/TRABALHO – ESPAÇO DE RESISTÊNCIA



“APRENDER É UMA VIAGEM E ENSINAR É OFERECER INSTRUMENTOS AOS ESTUDANTES PARA QUE ESSA VIAGEM VÁ O MAIS LONGE POSSÍVEL” ANTONIO NOVOA

E O

“PLANO DE AULA É COMO UMA CARTA DE NAVEGAÇÃO COM DECISÕES DIÁRIAS AJUSTADAS AO TEMPO E AOS PERCURSOS DE VIAGEM JÁ REALIZADOS E A REALIZAR”.  
Neurilene Martins

### COMENTÁRIOS E REFERÊNCIAS

A sala de aula é o espaço da autonomia dos/as professores/as. A didática, a dinâmica, o olhar sobre cada conteúdo de acordo com a realidade de cada turma, o incentivo à reflexão e a criatividade, o que será dito ou não dito, incentivado ou não. Na condução do processo de ensino-aprendizagem “o plano de aula é a modalidade de planejamento que mais dialoga com o currículo real da sala de aula” e seu planejamento, execução e avaliação é o que materializa a atividade docente.

[Ação garante a autonomia pedagógica do professor](http://www.jornaldodiase.com.br/noticias_1er.php?id=14526)

[http://www.jornaldodiase.com.br/noticias\\_1er.php?id=14526](http://www.jornaldodiase.com.br/noticias_1er.php?id=14526)

**Opinião | Autonomia do professor como prática educativa**

<https://www.brasildefato.com.br/2017/08/28/opiniao-or-autonomia-do-professor-como-pratica-educativa/>

Currículo oficial reduz autonomia do professor, aponta pesquisa da USP6...

<https://educacao.uol.com.br/noticias/2013/04/25/curriculo-oficial-reduce-autonomia-do-professor-aponta-pesquisa-da-usp.htm>

PEDAGOGIA DA AUTONOMIA (Paulo Freire) - 1

<https://www.youtube.com/watch?v=EbnjKDeZW40>

## PRINCIPAIS PONTOS DE CONTRAPONTO

### Orientação sexual e gênero:

O CNE acatou a sugestão do MEC excluiu da BNCC os termos relacionados à questão de gênero e orientação sexual. O Conselho emitirá orientações específicas sobre o tema posteriormente. No parecer, a justificativa é que “a temática ‘gênero’ foi objeto de muitas controvérsias durante os debates públicos da BNCC. Neste sentido, entende-se que o CNE deve, em resposta às demandas sociais, aprofundar os debates”.



Fonte: <http://familias.ilga-portugal.pt/wp-content/uploads/2012/04/familias.jpg>

### COMENTÁRIOS E REFERÊNCIAS

A App-Sindicato é uma entidade que, através de suas instâncias deliberativas, tem como resolução a luta por Uma Escola Sem Machismo, uma Escola Sem Racismo, uma Escola Sem Homofobia e uma Escola sem Xenofobia. Como direito social que deve ser garantido a todas e todos de forma igualitária, sem distinção de gênero, raça, cor, etnia, identidade e orientação sexual e previsto no Artigo 6º da Constituição Federal, nosso entendimento é que a escola deve ser um ambiente acolhedor que não apenas inclua toda a diversidade, mas acima de tudo, garanta a permanência de todos os sujeitos que compõem a comunidade escolar, sem distinções.

Para nós, é momento de reafirmar a luta pela educação pública, laica, de qualidade e livre de preconceitos e discriminações, como forma de garantia de direitos a todos e todas e também por entendermos que só se constrói uma sociedade justa e democrática se soubermos conviver com a diferenças na luta pela garantia de efetivação do direito a educação sobretudo.

Entretanto, desde os primeiros movimentos do GOLPE nos defrontamos com o crescimento do espaço do conservadorismo e com uma intensa destruição das políticas públicas para mulheres, população negra e indígena, LGBT e demais segmentos minoritários em direitos. O Golpe chegou ao Ministério das Mulheres, Direitos Humanos e da Juventude com suas extinções, representando um imenso retrocesso nas políticas de visibilidade desses sujeitos sociais como forma de instituição do debate acerca dos problemas gerados pelo preconceito e discriminação.

No processo do próprio Plano Estadual de Educação, assim como no PNE setores conservadores da sociedade pressionaram pela retirada dos termos relacionados à questão de gênero e orientação sexual, entretanto nenhum dos dois documentos proíbe o debate de gênero e orientação sexual nas escolas.

Lei estadual nº [18.447/2015](#), que instituiu a “Semana Estadual Maria da Penha” nas escolas públicas paranaenses.

**Movimentos sociais debatem a violência contra as mulheres do campo**

<http://www.alep.pr.gov.br/divulgacao/noticias/movimentos-sociais-debatem-a-violencia-contra-as-mulheres-do-campo>

A necessidade dos debates de gênero serem realizados pela escola condiz com uma posição de enfrentamento à violência e discriminação social. Na APP, temos uma secretaria especialmente voltada para a promoção do debate da “Mulher Trabalhadora e Direitos LGBT”. Todas as resoluções, justificativas e propostas de encaminhamento da entidade em relação aos temas de gênero podem ser encontrados nos Cadernos de Resolução de nossas Conferências de Educação. A última ocorreu em julho de 2017 e o documento que foi debatido está disponível em nosso site.

## ENSINO RELIGIOSO



Fonte imagem: <https://www.conic.org.br/portal/religoes-e-democracia>

A LDB determina que oferta de ensino religioso obrigatória, com matrícula facultativa.

A BNCC traz as diretrizes para o ensino desse tema nas escolas, adotando uma abordagem inter-religiosa, norteadas por princípios éticos, onde o objetivo final no EF é :

“Debater, problematizar e posicionar-se frente aos discursos e práticas de intolerância, discriminação e violência de cunho religioso, de modo a assegurar os direitos humanos no constante exercício da cidadania e da cultura de paz.

### COMENTÁRIOS E REFERÊNCIAS.

A APP-Sindicato defende que na existência da Disciplina de Ensino Religioso, esta seja trabalhada sob o viés da diversidade religiosa, no sentido de contribuir com o debate sobre a alteridade e o respeito às origens históricas, manifestações culturais e religiosas, sobretudo dos povos indígenas e negros como forma de enfrentamento ao racismo e da construção de uma identidade nacional coerente com o respeito e a herança africana e indígena sobre a nossa cultura, bem como, fomenta produções sobre tais temáticas através da **Secretaria de Promoção da Igualdade Racial e Combate ao Racismo** que tem realizado um importante trabalho em conjunto com o movimento negro.

#### [O ensino religioso e o fim do Estado laico](http://www.cnte.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=19181:o-ensino-religioso-e-o-fim-do-estado-laico&catid=1739&Itemid=784)

[http://www.cnte.org.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=19181:o-ensino-religioso-e-o-fim-do-estado-laico&catid=1739&Itemid=784](http://www.cnte.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=19181:o-ensino-religioso-e-o-fim-do-estado-laico&catid=1739&Itemid=784)

“Dentre os muitos retrocessos econômicos, políticos e sociais verificados nos últimos meses, desde o golpe que deu fim ao governo da Presidenta Dilma, a recente permissão dada pelo Supremo Tribunal Federal para que as religiões possam ser ministradas livremente nas escolas públicas brasileiras é talvez o mais duro ataque ao Estado laico e aos avanços civilizacionais. Em uma votação apertada - 6 votos a 5 - o STF rejeitou uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI 4439) que pretendia que o ensino religioso a ser ministrado nas escolas públicas se constituísse apenas em uma apresentação geral das diversas religiões e que não se admitisse como professores desta disciplina pessoas que representassem diretamente algum credo, tais como padres, bispos, rabinos, pastores ou quaisquer líderes religiosos.”

#### [STF decide sobre religião na escola](http://www.cnte.org.br/index.php/cnte-na-midia/15111-stf-decide-sobre-religiao-na-escola.html) <http://www.cnte.org.br/index.php/cnte-na-midia/15111-stf-decide-sobre-religiao-na-escola.html>

"Proselitismo"

A atual condição dos professores na rede pública é outro ponto que preocupa o presidente da CNTE. "Todo trabalhador deve ter seu direito preservado, especialmente aqueles que lecionam disciplinas ligadas à religião. É um absurdo que o trabalho do profissional seja submetido à apreciação superior de um religioso. Sem sombra de dúvidas, assim, as aulas de religião se tornam proselitismo religioso", concluiu.

O ensino religioso no Brasil está regulamentado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), nº 9.394/96, e pelo Decreto nº 7.107/2010, acordo assinado entre o Brasil e o Vaticano, pelo qual o ensino religioso, católico e de outras confissões religiosas é facultativo em escolas públicas de Ensino Fundamental.”

## TECNOLOGIA X ESTRUTURA DAS ESCOLAS

A Base incluiu habilidade relacionadas às novas tecnologias. Na áreas de Língua Portuguesa, por exemplo, os alunos devem aprender a analisar textos que circulam nas redes sociais, blogs, entre outros. E trabalhar diferentes tipos de linguagens como gifs, memes, fanfics, vídeos, playlists. Eles também devem aprender a identificar informações confiáveis e notícias falsas.

Será que nossas escolas estão equipadas para o uso de tecnologia?

Será que nossos (as) professores (as) estão capacitados para o uso de tecnologia ?

Tecnologia para quem? Para o mercado? Para a formação profissional e acadêmica ?



Fonte imagem: <http://xalingo.com.br/conexao/2015/11/20/como-vencer-a-resistencia-as-novas-tecnologias/>

### COMENTÁRIOS E REFERÊNCIAS

É cada vez mais urgente que nós educadores nos apropriemos das novas tecnologias que auxiliam no processo de ensino-aprendizagem, isto é fato.

Contudo, mais do que isso é necessário que o Estado dê o suporte adequado para que essas novas tecnologias sejam introduzidas no cotidiano da vida escolar com ritmo e qualidade. Para isso é preciso que as verbas destinadas ao Ensino público não sejam “perdidas” em campanhas eleitorais, tal como ocorre no Estado do Paraná visto pela “Operação Quadro Negro” e este dinheiro seja investido nas estruturas das escolas, tal como se deve.

O que é urgente nos indagarmos é: para quem é Tecnologia ? Para satisfazer o mercado? Para a formação profissional e acadêmica de nossos alunos ? Para o exercício pleno da cidadania na era digital?

**[Escola e tecnologia \(Editorial\)](http://www.cnte.org.br/index.php/weblinks-das-afiliadas/519-comunicacao/artigos/1590-escola-e-tecnologia-editorial.html)** <http://www.cnte.org.br/index.php/weblinks-das-afiliadas/519-comunicacao/artigos/1590-escola-e-tecnologia-editorial.html>

O mundo é outro, o aluno é outro e a escola é a mesma. Esta constatação resume a dificuldade das escolas brasileiras, especialmente as que pertencem à rede pública, para se adaptarem ao ambiente multimídia gerado pelas novas tecnologias e ao aluno multitarefa, que nasceu na era digital e não depende mais do quadro-negro para obter informação e conhecimento. E a defasagem não é apenas material: em muitos casos, talvez até na maioria, o professor não está preparado para atuar como facilitador da aprendizagem diante de alunos que querem interagir e fazer uso dos recursos tecnológicos disponíveis. Assim, temos estudantes com a expectativa de aprender e produzir conteúdos numa escola incapaz de atendê-los, invariavelmente oferecendo recursos pedagógicos ultrapassados e desinteressantes.

## EDUCAÇÃO INFANTIL



Fonte imagem: <http://www.portalcambe.com.br/neste-sabado-tem-a-hora-do-conto-na-praca-ceu-em-cambe/>

A etapa que até pouco tempo não estava incluída na educação básica ganha contornos claros pela primeira vez. O texto referente a ela tenta valorizar aspectos como a brincadeira e a criança como protagonista de seu desenvolvimento. As principais críticas estão em relação a antecipação da alfabetização.

O texto da Educação Infantil foi o único (por ausência de debate acumulado intraMEC neste período) a respeitar a construção coletiva de trabalhadores da área.

O debate sobre a antecipação da alfabetização tem diversos pontos e argumentos, mas um dos principais discursos em contraposição à reforma é o que consideram como uma alfabetização precoce. Para alguns especialistas, adiantar o procedimento de letramento infantil pode atrapalhar no desenvolvimento de maturidade da criança, que passa por diversos ensinamentos na Educação Infantil que as preparam para, posteriormente, a alfabetização em si. Nesta fase, as crianças estão desenvolvendo a coordenação motora, orientação espacial, seus aspectos de percepção e discriminação de sinais, sons e formas.

A preocupação vem de que a antecipação da alfabetização infantil esteja acelerando um progresso que deveria ser gradual e que pode apresentar certas dificuldades para os pequenos.

## ANTECIPAÇÃO DA ALFABETIZAÇÃO:



Foto: Reprodução

Os alunos do ensino fundamental devem ser alfabetizados até o final do 2º ano e o aprofundamento desse processo deve ser feito ao longo dos anos seguintes. Essa definição contraria o estabelecido no Plano Nacional de Educação (PNE), que coloca a alfabetização até o fim do 3º ano.

## COMENTÁRIOS E REFERÊNCIAS

O debate realizado no âmbito na CONAE e do Plano Nacional de Educação considerada a criança alfabetizada quando ela se apropria da leitura e da escrita como ferramentas essenciais para seguir aprendendo, buscando informação, desenvolvendo sua capacidade de se expressar, de desfrutar a literatura, de ler e de produzir textos em diferentes gêneros, de participar do mundo cultural no qual está inserida. Para cada ano de escolaridade, há diferentes expectativas em relação a essas capacidades, que precisam ser consideradas nos momentos de planejamento e de análise do desempenho de alunos e da escola. Mesmo para os pesquisadores do Observatório do PNE, as metas colocadas pelo Plano Nacional de Educação em relação à alfabetização são ambiciosas, se considerados os atuais resultados das avaliações externas. Assim, o que já era difícil cumprir até o 3º ano, com a BNCC os resultados não serão muito diferentes se não houver um trabalho intencional e sistemático visando a melhoria da qualidade da formação inicial e continuada dos professores e outros fatores que preocupam, como: classes superlotadas e falta de apoio material. É preciso oferecer uma formação mais focada em alfabetização e mais recursos, como livros de literatura infantil, alfabetos móveis, obras de referência para os docentes, entre outros.

## FRAGILIDADES E CRÍTICAS A BNCC



Arte: flaticon.com | Edição: Edigley Alexandre com o Inkcape

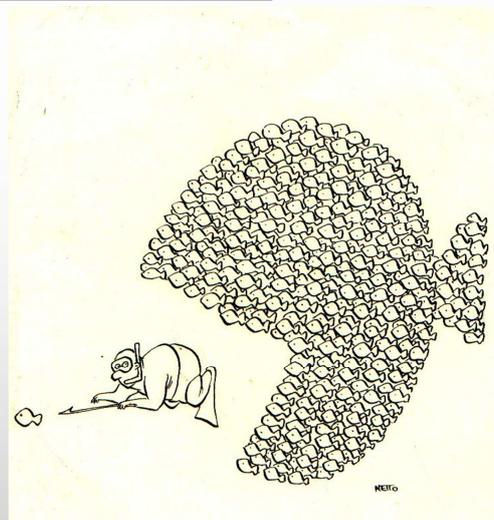
- FRATURA A EDUCAÇÃO BÁSICA DEIXANDO DE FORA O ENSINO MÉDIO.
- GOLPEIA OS DIREITOS FUNDAMENTAIS NEGA O DEBATE ESCOLAR SOBRE GÊNERO, RAÇA E DIVERSIDADE.
- CURRÍCULOS RESTRITIVOS DE CONTEÚDOS E DE DIREITOS.
- CRESCIMENTO DE GRUPOS EMPRESARIAIS EDUCACIONAIS/ VENDA DE LIVROS, APOSTILAS , CURSOS E DEMAIS ÁREAS ESCOLARES.
- COMPROMETE O FUTURO DE MILHÕES DE ESTUDANTES.
- NÃO PREVÊ FORMAÇÃO CONTINUADA DOS PROFESSORES (AS) E EQUIPE PEDAGÓGICA.
- ESTRUTURA FÍSICA, HUMANA E MATERIAL PRECÁRIA DAS ESCOLAS PUBLICAS.

## COMENTÁRIOS E REFERÊNCIAS

A política governamental golpista remonta a dualidade da escola: a pública, para os filhos de trabalhadores reconhecerem-se no “novo cenário mundial” em seu contexto histórico e cultural, para que seja capaz de comunicar-se, ser CRIATIVO, analítico-crítico, PARTICIPATIVO, aberto ao novo, COLABORATIVO, RESILIENTE!!!, PRODUTIVO e RESPONSÁVEL. Todas as características para o exercício “ordeiro” de sal cidadania, desde que saiba “qual é o seu lugar”. Enquanto que o “progresso” ficará para os filhos das classes economicamente mais altas, haja visto que a iniciativa privada dificilmente irá tomar como base máxima o mínimo exigido pela BNCC e continuará preparando seus jovens para prestar vestibular e assim promovem a manutenção do status de desigualdade social que tanto o país padece.

## CONSTRUIR A RESISTÊNCIA BNCC NA ESCOLA

- FORMULAÇÃO DEMOCRÁTICA DO PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO .
- CONTEÚDOS CURRICULARES QUE OS ESTUDANTES E A COMUNIDADE ESCOLAR ELEGEREM.
- CONSAGRAÇÃO DO DIREITO À EDUCAÇÃO PÚBLICA, GRATUITA, DEMOCRÁTICA, LAICA, LIBERTADORA E DE QUALIDADE SOCIAL.



[https://raulmarinhog.files.wordpress.com/2008/10/a\\_uniao\\_faz\\_a\\_forca.jpg](https://raulmarinhog.files.wordpress.com/2008/10/a_uniao_faz_a_forca.jpg)

### COMENTÁRIOS E REFERÊNCIAS

A direção que propomos é a **DIREÇÃO DA RESISTÊNCIA!** Da valorização profissional do/a professor/a e de todo trabalhador/a em educação pública. É a contraposição ao esvaziamento epistemológico em detrimento da precarização do trabalho pedagógico. É a assunção contundente de uma postura de posicionamento teórico em movimento pela práxis pedagógica. É em outras palavras a (re)construção do papel da educação e da escola pública pelos sujeitos que a compõem e PARA os sujeitos que a compõem. É o rompimento com uma postura de “servidão” imposta nos últimos anos pela precarização do serviço público.

“ Ensinar não é transferir conhecimento, mas **criar as possibilidades** para a sua produção ou a sua construção.

Quem ensina aprende ao ensinar e quem aprende ensina ao aprender. ”

Paulo Freire



Fonte imagem: <http://mensagenslegais.com/ensinar-nao-e-transferir-conhecimento/>

#### Expediente

APP-Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Paraná – Filial à CUT e à CNTE. Av. Iguazu, 880, Rebouças, Curitiba-PR – CEP 80.230-020 – Tel (41)30269822

Produção: Secretaria Educacional da APP-Sindicato – [educacional@app.com.br](mailto:educacional@app.com.br)

Taís Mendes (Secretária Educacional) Cleiton Costa Denez (Secretário Executivo Educacional)

Assessorias: Ana Carolina Dartora e Juliana Costa Barbosa

Gestão Somos Mais APP – Em defesa da Escola Pública (2017-2021):

Hermes Leão Silva [Presidente], Arnaldo Vicente [Secretário de formação Político-Sindical e Cultura], Celso José dos Santos [Secretário de Assuntos municipais], Clau Lopes [Secretário Executivo da Mulher Trabalhadora e dos Direitos LGBT], Claudinei Pereira [Secretário Executivo de Comunicação], Cleiton Rosa Denez [Secretário Executivo Educacional], Elizamara Goulart de Araújo [ Secretária de Sindicalizados(as)], Joana D'Arc Franco Bertoni [Secretária Executiva de Saúde e Previdência], Joselisa Teixeira de Magalhães [Secretária de política Social e Direitos Humanos], Lirani Maria Franco [Secretária da Mulher Trabalhadora e dos Direitos LGBT], Luiz Carlos dos Santos [Secretário de promoção de Igualdade Racial e Combate ao Racismo], Luiz Fernando Rodrigues [Secretário de Comunicação], Marcia Aparecida de Oliveira Neves [Secretária Executiva de Assuntos Municipais], Maria Madalena Ames [Secretária de Administração e Patrimônio], Mario Sergio Ferreira de Souza [Secretário de Assuntos Jurídicos], Nádia Brixner [Secretaria de Funcionários(as)], Paulo Sérgio Vieira [Secretário Executivo de Formação Político-Sindical e Cultura], Ralph Charles Wendpap [Secretário de Saúde e Previdência], Simone Checchi [Secretária de Político-Sindical], Taís Mendes [Secretária Educacional], Tereza Lemos [Secretária de Organização], Valci Maria Matos [Secretária de Aposentados(as)], Vanda do Pilar Santana [Secretária Geral], Walkiria Olegário Mazeto [Secretária de Finanças]

Pedagogia da Autonomia <http://lelivros.love/book/download-pedagogia-da-autonomia-paulo-freire-em-epub-mobi-e-pdf/>

Pedagogia do Oprimido <http://lelivros.love/book/download-pedagogia-do-oprimido-paulo-freire-em-epub-mobi-e-pdf/>

Educação Como Prática de Liberdade <http://lelivros.love/book/download-pedagogia-do-oprimido-paulo-freire-em-epub-mobi-e-pdf/>

Pedagogia da Esperança <https://yadi.sk/i/Ysgrxs7O3GbMWZ>